



TERMO DE REFERÊNCIA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Município:	São Vicente do Sul - RS
Departamento:	Secretaria Municipal de Saúde
Solicitante (Secretário):	Felipe Della Pace Rosa
Responsável pelo Termo de Referência:	Felipe Della Pace Rosa
Modalidade de Licitação:	Inexigibilidade
Legislação:	Lei Federal nº 14.133/2021

1. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO:

A presente contratação justifica-se pela necessidade de disponibilização de área adequada para instalação do Parque de Diversões durante a realização da 36ª FECOBAT.

A locação do terreno mostra-se necessária para garantir a adequada organização da feira, proporcionando espaço suficiente para a instalação das estruturas de entretenimento e contribuindo para a segurança, acessibilidade e conforto do público participante.

A escolha do imóvel decorre de sua localização estratégica, por encontrar-se em área contígua ao Parque de Eventos Municipal, permitindo a integração das atividades da feira com o parque de diversões, facilitando a logística do evento e o melhor aproveitamento da infraestrutura já existente.

Dessa forma, a contratação atende ao interesse público, assegurando melhores condições para a realização da 36ª FECOBAT e contribuindo para o fortalecimento do turismo, da cultura, do lazer e do desenvolvimento econômico do Município.

2. DO OBJETO:

Constitui objeto da presente contratação a locação de imóvel urbano/rural, localizado em área contígua ao Parque de Eventos Municipal, destinado à instalação do Parque de Diversões durante a realização da 36ª FECOBAT – Feira Estadual de Comércio da Batata-Doce e Agronegócio de São Vicente do Sul, compreendendo o período necessário para montagem, realização do evento e desmontagem das estruturas, conforme condições estabelecidas no respectivo instrumento contratual.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

O imóvel objeto da contratação deverá possuir área compatível com a instalação do Parque de Diversões da 36ª FECOBAT, permitindo a montagem dos equipamentos, circulação segura do público e atendimento das exigências de segurança aplicáveis ao evento.



O terreno deverá estar localizado em área contígua ou de fácil integração ao Parque de Eventos Municipal, possibilitando adequada logística de acesso, montagem e operação das estruturas, bem como a integração das atividades desenvolvidas durante a feira.

A área será utilizada exclusivamente para instalação, funcionamento e desmontagem do Parque de Diversões, durante o período necessário à realização da 36ª FECOBAT, compreendendo os dias que antecedem o evento, sua execução e a posterior retirada das estruturas instaladas.

4. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

A presente contratação fundamenta-se no art. 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021, que prevê a inexigibilidade de licitação para aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalação e localização tornem necessária sua escolha.

No caso em questão, o imóvel pretendido possui localização estratégica e características específicas indispensáveis à instalação do Parque de Diversões da 36ª FECOBAT, por situar-se em área contígua ao Parque de Eventos Municipal, permitindo a integração das atividades da feira, melhor logística operacional, segurança e acessibilidade ao público.

Diante da singularidade do imóvel e da inviabilidade de utilização de outra área com as mesmas características e vantagens para atendimento da necessidade pública, resta caracterizada a hipótese legal de contratação por inexigibilidade de licitação.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

A contratação deverá observar os requisitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente aqueles constantes do art. 74, inciso V, e § 5º, aplicáveis à locação de imóveis pela Administração Pública.

O imóvel deverá possuir localização compatível com a finalidade pretendida, encontrando-se em área contígua ou imediatamente próxima ao Parque de Eventos Municipal, de modo a viabilizar a instalação e operação do Parque de Diversões durante a realização da 36ª FECOBAT.

Deverá ser comprovada a titularidade do imóvel mediante apresentação da respectiva matrícula atualizada ou documento equivalente que demonstre a propriedade ou posse legítima para fins de contratação.

A Administração deverá demonstrar a compatibilidade do preço contratado com os valores praticados no mercado, mediante avaliação prévia do imóvel ou outro meio idôneo que comprove a vantajosidade da contratação.

O imóvel deverá apresentar condições adequadas de utilização para a finalidade pretendida, possibilitando a instalação das estruturas necessárias ao funcionamento do Parque de Diversões e garantindo condições mínimas de segurança e acesso.

A contratação ficará condicionada à apresentação da documentação necessária à



formalização do contrato e ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis à contratação direta pela Administração Pública.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO:

A execução do objeto consistirá na disponibilização do imóvel pelo contratado ao Município de São Vicente do Sul, livre e desembaraçado de quaisquer impedimentos que possam comprometer sua utilização para a finalidade prevista neste Termo de Referência.

O imóvel será destinado exclusivamente à instalação, funcionamento e posterior desmontagem do Parque de Diversões da 36ª FECOBAT, durante o período definido pela Administração Municipal, incluindo os dias necessários para montagem e retirada das estruturas.

Compete ao contratado assegurar a posse e o uso regular do imóvel durante toda a vigência contratual, responsabilizando-se pela legitimidade da disponibilização da área objeto da contratação.

A Administração Municipal realizará o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, nos termos dos arts. 117 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, verificando o cumprimento das obrigações assumidas e a adequação do imóvel à finalidade contratada.

Constatada qualquer irregularidade que comprometa a utilização da área, o contratado será notificado para adoção das providências cabíveis, observados os prazos e condições estabelecidos no contrato.

Encerrado o período de utilização, o imóvel será devolvido ao proprietário em condições compatíveis com aquelas recebidas, ressalvados os desgastes naturais decorrentes do uso regular e da finalidade para a qual foi locado.

6.1 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

I – Receber e utilizar o imóvel exclusivamente para a finalidade prevista neste Termo de Referência e no respectivo contrato;

II – Efetuar o pagamento da locação na forma e condições estabelecidas contratualmente;

III – Permitir o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual por servidor formalmente designado;

IV – Comunicar ao contratado, por escrito, quaisquer irregularidades verificadas na utilização do imóvel ou fatos que possam comprometer a execução do contrato;

V – Zelar pela conservação do imóvel durante o período de utilização, responsabilizando-se pelos danos que eventualmente causar por ação ou omissão de seus agentes, usuários ou terceiros sob sua responsabilidade;



VI – Restituir o imóvel ao término da contratação em condições compatíveis com aquelas em que foi recebido, ressalvados os desgastes naturais decorrentes do uso normal;

VII – Exercer a gestão e fiscalização do contrato, nos termos dos arts. 117 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021;

VIII – Fornecer ao contratado as informações e os documentos necessários à adequada execução do objeto contratual.

6.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

I – Disponibilizar o imóvel objeto da contratação ao Município durante todo o período de vigência contratual, em condições adequadas para a finalidade pretendida;

II – Garantir a posse mansa e pacífica do imóvel, responsabilizando-se por quaisquer questionamentos ou restrições que possam impedir ou dificultar sua utilização pela Administração;

III – Entregar o imóvel livre e desembaraçado de ônus, ocupações ou impedimentos que comprometam sua utilização para instalação e funcionamento do Parque de Diversões da 36ª FECOBAT;

IV – Manter, durante toda a execução contratual, as condições que justificaram a contratação e a utilização do imóvel pela Administração Municipal;

V – Comunicar imediatamente à Contratante qualquer fato superveniente que possa comprometer a utilização da área ou o cumprimento das obrigações assumidas;

VI – Apresentar a documentação necessária à formalização e manutenção da contratação, sempre que solicitada pela Administração;

VII – Permitir e facilitar a fiscalização da execução contratual pelos servidores designados pela Administração Municipal;

VIII – Responder pelos prejuízos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de vícios, restrições ou irregularidades relacionadas à propriedade, posse ou disponibilidade do imóvel objeto da locação.

7. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

A gestão e a fiscalização da execução contratual serão exercidas por servidores formalmente designados pela Administração Municipal, nos termos dos arts. 117 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

Compete ao gestor do contrato acompanhar a execução do ajuste, coordenar as atividades relacionadas à sua administração, promover os registros necessários, adotar as



providências para saneamento de eventuais irregularidades e encaminhar as demandas pertinentes à autoridade competente.

Compete ao fiscal do contrato verificar o fiel cumprimento das obrigações contratuais, acompanhar a disponibilização e utilização do imóvel, registrar ocorrências relacionadas à execução do objeto e comunicar ao gestor do contrato quaisquer situações que possam comprometer a regular execução contratual.

Toda ocorrência relevante deverá ser registrada em documento próprio, possibilitando a adoção das medidas administrativas cabíveis e a garantia da adequada execução do contrato.

A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada quanto ao cumprimento de suas obrigações legais e contratuais.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

A seleção do contratado ocorrerá por meio de **inexigibilidade de licitação**, com fundamento no art. 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão da inviabilidade de competição decorrente das características de localização e instalação do imóvel necessário ao atendimento da demanda da Administração.

A escolha do imóvel e de seu respectivo proprietário decorre da localização estratégica da área, contígua ao Parque de Eventos Municipal, característica indispensável para a instalação e operação do Parque de Diversões durante a realização da 36ª FECOBAT, não havendo outro imóvel que atenda de forma equivalente às necessidades do evento.

Para a formalização da contratação deverão ser apresentados os documentos que comprovem a propriedade ou posse legítima do imóvel, bem como os demais documentos exigidos pela legislação aplicável às contratações públicas.

A Administração deverá comprovar a compatibilidade do valor da contratação com os preços praticados no mercado, mediante avaliação prévia do imóvel ou outro meio idôneo de demonstração da economicidade da contratação, observando o disposto no art. 74, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no Orçamento Geral do Município vigente, vinculadas à Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Cultura, Desporto e Lazer, observada a disponibilidade orçamentária e financeira para atendimento da despesa.

A classificação orçamentária completa, contendo órgão, unidade orçamentária, projeto/atividade, elemento de despesa e fonte de recursos, será informada pelo setor de contabilidade e constará no respectivo instrumento contratual e nos documentos que instruem o processo de contratação.



10. CUSTO ESTIMADO DA AQUISIÇÃO:

O custo estimado da contratação é de R\$ 6.735,00 (seis mil setecentos e trinta e cinco reais e trinta e sessenta centavos), conforme avaliação e levantamento realizado pela Administração Municipal.

O valor detalhado da contratação constará em tabela emitida pelo Setor de Tributos, a qual integra o processo administrativo e servirá de base para a formalização da contratação e respectiva compensação com os débitos tributários incidentes sobre o imóvel.

11 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

Considerando a natureza do objeto, não haverá medição por etapas ou quantitativos executados, sendo o cumprimento contratual verificado pela efetiva disponibilização e utilização do imóvel durante o período estabelecido para a realização da 36ª FECOBAT.

O pagamento será realizado mediante compensação administrativa entre o valor da locação e os débitos de IPTU existentes em nome do proprietário do imóvel perante o Município, até o limite do valor contratado.

A compensação será formalizada após a disponibilização do imóvel e a certificação, pelo fiscal do contrato, de que a área permaneceu à disposição da Administração durante o período pactuado.

A quitação da obrigação financeira do Município ocorrerá mediante o respectivo abatimento do crédito tributário, observadas as normas legais e administrativas aplicáveis, sem necessidade de desembolso financeiro direto pela Administração Municipal.

A liquidação da despesa dependerá da comprovação da regular execução do objeto e da apresentação dos documentos exigidos pela legislação vigente.

13 DA LEGISLAÇÃO:

A presente contratação será regida pelas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente pelo art. 74, inciso V, e § 5º, aplicáveis à contratação direta para locação de imóvel, bem como pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público e economicidade.

Aplicam-se ainda, no que couber, as disposições da legislação civil pertinente, especialmente a Lei Federal nº 10.406/2002 (Código Civil), as normas tributárias municipais relacionadas à compensação de créditos e débitos, além das demais normas legais e regulamentares incidentes sobre a matéria.

Os casos omissos serão resolvidos com base na legislação aplicável às contratações públicas e nos princípios gerais do Direito Administrativo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO



São Vicente do Sul, 24 de junho de 2026

Secretário(a) Municipal de Turismo

Responsável pelo Termo

